

Identificação dos casos de violência contra crianças em escolas municipais de ensino básico de Araçatuba, São Paulo

Identification of violence cases against children in state-funded nursery schools of Araçatuba, São Paulo State, Brazil

RESUMO

Este trabalho objetivou relatar a experiência de oito anos da Faculdade de Odontologia de Araçatuba (FOA/UNESP) na execução do projeto intitulado “Identificação de violência contra crianças nas escolas municipais de ensino básico de Araçatuba-SP”. Este projeto de extensão oferece capacitação e treinamento aos alunos de graduação e pós-graduação para o desenvolvimento da detecção, notificação e condução dos casos de violência encontrados na comunidade, beneficiando ainda as equipes pedagógicas das escolas e os pais e/ou responsáveis pelas crianças. O projeto atende aproximadamente 1500 crianças de 0 a 6 anos de idade, em 15 instituições. Os casos de violência detectados são descritos em fichas. Estas fichas são repassadas à direção da escola, que aciona o Conselho Tutelar. As notificações, feitas até o momento, são, em grande parte, relacionadas à negligência dos pais no cuidado das crianças. Em menor proporção, é possível observar crianças com dificuldade de relacionamento. É importante ressaltar ainda que palestras e rodas de discussão são promovidas a toda equipe pedagógica e aos pais dos alunos, a fim de sensibilizar todos os atores sociais sobre a temática da violência. Desta forma, as atividades no combate a violência fomentam maior interação da universidade com a comunidade, transformando os reais anseios da população e os aproximando da prática, além de auxiliar na identificação de abusos e proteger as crianças da violência.

Palavras-chave: Violência. Pré-escolar. Educação infantil.

ABSTRACT

The aim of this study was to report on the eight-year experience of Faculdade de Odontologia de Araçatuba (FOA/UNESP) with a project entitled “Identification of violence against children in the state-funded nursery schools of Araçatuba, São Paulo State, Brazil”. This extension project provides undergraduate and postgraduate students with coaching and training in order to detect, report and handle

Cléa Adas Saliba Garbin

Doutora em Odontologia Legal e Deontologia pela Universidade Estadual de Campinas, São Paulo; professora titular da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus Araçatuba, São Paulo (cgarbin@foa.unesp.br).

Renato Moreira Arcieri

Doutor em Odontologia (Cirurgia e Traumatologia Buco-Maxilo-Facial) pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus Araçatuba, São Paulo; professor adjunto do Departamento de Odontologia Infantil e Social nessa universidade (rarcieri@foa.unesp.br).

Paula Caetano Araújo

Pós-doutoranda em Odontologia Preventiva e Social pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus Araçatuba, São Paulo (pcaraujo@ufu.br).

Artênio José Ísper Garbin

Doutor em Ortodontia pela Universidade Estadual de Campinas, São Paulo; professor adjunto da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus Araçatuba, São Paulo (agarbin@foa.unesp.br).

violence cases detected in the community, benefiting the teaching staff of nursery schools as well as parents and/or guardians. This project serves approximately 1500 children, aged 0-6 years old, in 15 institutions. The violence cases detected are described and registered accordingly. The records are subsequently handed over to the school coordination, which eventually report them to Child Care Councils. The notifications made until now are largely related to parents' neglect in the care of children. To a lesser extent, it is possible to observe children with relationship difficulties. It is important to point out that lectures and discussion groups are held with all the teaching staff and parents so as to raise awareness of all the social actors about violence. In this manner, the activities foster greater interaction between the university and the community, transforming the real wishes of the population and getting them closer to the practice, besides helping in identifying abuse and protect children from violence.

Keywords: Violence. Child. Preschool. Child education.

INTRODUÇÃO

A violência vem sendo reconhecida como uma questão social e de saúde pública devido à magnitude da violação aos direitos humanos, com graves consequências físicas, sociais e emocionais às vítimas (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2002; 2008; BRITO et al., 2005, MINAYO, 2009; CARLSON; OSHRI; KWON, 2015). Apesar da maior sensibilização da sociedade sobre a temática da violência, ainda há muito a se fazer para garantir proteção aos grupos mais vulneráveis como o das crianças, em virtude da fragilidade física e do desenvolvimento da personalidade (DOSSI et al., 2008).

Independentemente de raça, classe, religião ou cultura, a violência acomete milhares de indivíduos em todo o mundo. Os abusos físicos com vítimas fatais são muito frequentes em crianças, sendo que a maioria delas tem menos de dois anos de idade (BRASIL, 2010). Na grande parte dos países, as meninas estão mais expostas aos abusos de negligência educacional e nutricional, abuso sexual, infanticídio, e prostituição forçada. Todavia, são os meninos as maiores vítimas de punições físicas severas (VELOSO et al., 2013). Acredita-se que essas punições severas estejam ligadas às crenças de que os garotos precisam de disciplina rígida como preparação para a vida adulta

(DAHLBERG; KRUG, 2006).

As estimativas mostram que, no Brasil, 18 mil crianças são agredidas por dia, 750 por hora e 12 por minuto (CENTRO E COMBATE À VIOLÊNCIA INFANTIL, 2009). Sendo assim, observa-se que as principais causas de mortes na faixa etária entre 5 e 19 anos são resultantes da violência e dos acidentes, matando mais que doenças parasitárias e inflamatórias (MARTINS; ANDRADE, 2005) e gerando altos custos para o Sistema Único de Saúde (BRASIL, 2009). É importante destacar, ainda, o grande número de abusos infantis mascarados por outros agravos que adentram ao setor da saúde e cujas marcas profundas da violência, deixadas no corpo e no psíquico desses infantes, são detectadas, em última instância, pelo atendimento vigilante dos profissionais inseridos nos segmentos públicos.

Desta forma, faz-se essencial classificar os diferentes tipos de violência, que podem ser identificados como: física, abrange qualquer ação que cause dor física; psicológica, compreende a existência de depreciação da criança pelo adulto, gerando sofrimento mental; sexual, qualquer ato entre pais, parentes ou responsáveis e um infante com a finalidade de estimulá-lo sexualmente; negligência, omissão das necessidades físicas e/ou emocionais da criança; e a violência fatal, compreendendo o resultado das outras formas de violência e ocasionando a morte (AZEVEDO; GUERRA, 2002; RUMBLE et al., 2015). Ainda pode ser feita a distinção entre violência doméstica e intrafamiliar, em que a primeira envolve pessoas que habitam a mesma casa, ao passo que a segunda é aquela cometida por um membro da família, não necessariamente dentro do espaço físico do lar (BRASIL, 2002).

A compreensão de todos esses conceitos se faz necessária, pois a violência contra a criança deve ser entendida dentro de sua integralidade, uma vez que pode ser explicada como um fenômeno diretamente articulado a um problema socioestrutural ao qual a sociedade está exposta (FERRIANI; BERTOLUCCI; SILVA, 2008). A fim de diminuir as consequências geradas pela violência, tem-se a necessidade de um maior investimento em medidas de prevenção e promoção do bem-estar e qualidade de vida na primeira infância (KYEGOMBE et al., 2015). A cooperação entre os mais diversos setores da sociedade se faz indispensável (DOSSI et al., 2008), já que o atendimento especializado a crianças vítimas da violência no Brasil está

em processo de construção, necessitando do apoio e da cooperação dos setores da saúde, educação, serviços sociais, justiça e política (PAIXÃO; DESLANDES, 2010). As redes de proteção à criança e ao adolescente são um ótimo exemplo de iniciativa em prol do combate à violência infantil, uma vez que a atuação interinstitucional com abordagem holística permite um maior enfrentamento do problema, alcançando de forma efetiva todos os atores sociais envolvidos.

Ao que tange as dificuldades na detecção da violência, seus desdobramentos devem ser observados em ambientes extrafamiliares, como a escola, por exemplo. É dever de todo e qualquer profissional que esteja em contato com a criança observar atitudes, sintomas e sinais que denunciem qualquer tipo de abuso. Muitas vezes, intercorrências escolares como baixo rendimento, ausências frequentes, comportamento agressivo, apatia, choro e falta de atenção podem ser indicadores importantes de abuso (GABEL, 1997; HUTZ, 2002).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) trata a escola como detentora da função de zelar pela proteção de crianças e adolescentes, esperando-se que ela seja uma fonte de denúncias. Um trabalho realizado por Vagostello (2001), junto a um Conselho Tutelar e a uma Vara de Infância e Juventude, constatou que a proporção de denúncias de abusos provenientes de escolas é muito pequena se comparada a outras fontes como hospitais, vizinhos e/ou parentes das vítimas. Sendo assim, mesmo com a existência de uma legislação no Brasil que dá proteção à criança e ao adolescente, ainda se faz essencial caminhar em direção à garantia dos direitos dos grupos vulneráveis, bem como avançar no incentivo e qualificação dos profissionais para reconhecer, notificar e encaminhar os casos de violência.

A notificação é um instrumento essencial dentro do âmbito da política pública, pois por meio dela é possível dimensionar o alcance da violência intrafamiliar, permitindo ainda determinar a melhor alocação de investimentos em núcleos de vigilância e assistência social (GONÇALVES; FERREIRA, 2002). No entanto, é sabido que a subnotificação é uma situação persistente no Brasil, que compreende desde a falta de capacitação para identificar abusos até a dificuldade de inserir uma rotina de vigilância no ambiente de trabalho por parte dos profissionais. A agressão diagnosticada e denunciada em fase inicial pode salvar a vida e o futuro de muitas crianças que passam por essa

situação degradante. Os profissionais que lidam com as crianças, em especial os educadores, devem ter a notificação e a denúncia como aliados para modificar a qualidade de vida e devolver o bem-estar aos pré-escolares, evitando prejuízos maiores em um futuro próximo (GARBIN et al., 2010).

Mediante a importância do combate à violência infantil e de suas graves sequelas biopsicossociais, este estudo tem como objetivo relatar a experiência de oito anos da Faculdade de Odontologia da Universidade Estadual Paulista, Campus Araçatuba, na identificação e notificação e no encaminhamento dos casos de violência observados em escolas de ensino básico de Araçatuba, São Paulo, bem como nos incentivos à formação acadêmica generalizada de toda a equipe participante. Este trabalho visa relatar, ainda, os benefícios que o projeto traz para a equipe pedagógica das escolas e aos pais e/ou responsáveis pelas crianças.

METODOLOGIA

Anualmente, o coordenador do projeto envia um pedido de autorização à Secretaria Municipal de Educação de Araçatuba para que as atividades do projeto possam ser iniciadas nas escolas municipais de ensino básico (EMEB). É importante ressaltar que este projeto tem como parceiros, além da própria Secretaria Municipal de Educação, o Conselho Tutelar e a Prefeitura Municipal. Assim que a autorização é concedida, inicia-se o planejamento de atividades para o ano letivo. Essa autorização é entregue juntamente com o cronograma de atividades à diretoria de cada EMEB.

A equipe do projeto é formada, em média, por 5 professores, 100 graduandos (voluntários e bolsistas), 4 pós-graduandos e 1 técnico. As capacitações dos graduandos e pós-graduandos acontecem antes do início das atividades e perduram por todo o ano letivo e têm por finalidade levar a eles fundamentação teórica e atualização de conceitos sobre violência, bem como desenvolver um olhar mais crítico para com a identificação e/ou suspeita de abusos.

São realizadas visitas semanais a 15 EMEB, situadas na periferia do município de Araçatuba, beneficiando 1500 crianças na faixa etária

entre 0 e 6 anos. As equipes das visitas são formadas por alunos de graduação, bolsistas e voluntários, alunos de pós-graduação e técnico, todos constantemente acompanhados pelos docentes da Faculdade de Odontologia de Araçatuba, fortalecendo assim o vínculo entre ensino e extensão.

As equipes atuam nas escolas promovendo saúde bucal por meio de atividades recreativas, como figuras de encaixe, quebra-cabeças, amarelinha, túnel infantil, cestas do dente feliz e triste, teatro de fantoches, pescaria, oficinas de desenhos para colorir, macromodelos em pelúcias e jogos coletivos, todos dentro da temática de saúde bucal. Também são realizadas palestras sobre autocuidado em saúde bucal, abordando os temas escovação dental e uso do fio dental. Por fim, é realizada a escovação dental supervisionada, executada por um membro da equipe da Faculdade de Odontologia de Araçatuba, que auxilia uma criança por vez.

Os casos de violência são acompanhados de forma sigilosa. Os acompanhamentos desses casos se dão simultaneamente às atividades de promoção de saúde bucal, uma vez que os discentes necessitam de proximidade com o pré-escolar para realizar suas funções. Durante a realização de todas as atividades relativas à promoção de saúde bucal, os acadêmicos são estimulados a verificar sinais e/ou sintomas de violência nas crianças, seja por meio de observação de qualquer lesão no corpo, por escuta de relatos espontâneos advindos das crianças ou por análise do comportamento infantil. O projeto estimula o desenvolvimento do olhar holístico da equipe, permitindo que o graduando em Odontologia se estenda para além da formação técnica, desenvolvendo habilidades que interseccionam a saúde bucal com a saúde geral de todos os indivíduos.

Quando os abusos são detectados, as fichas são preenchidas. Na presença de lesão física, o relato é realizado, ressaltando-se o local da lesão. A direção da escola é avisada de todos os casos identificados e, conseqüentemente, aciona o Conselho Tutelar e acompanha de forma mais próxima o desenrolar da ocorrência. As intervenções para o acolhimento das vítimas são realizadas em parceria com a escola. Ressalta-se ainda que a equipe do projeto provê capacitações periódicas a todos os funcionários das EMEB e aos pais e /ou responsáveis pelas crianças, conscientizando-os a respeito das conseqüências da violência,

bem como sobre as suas formas, sinais e sintomas, auxiliando no diagnóstico inicial dos abusos.

RESULTADOS

Ao longo desses oito anos de projeto, os resultados alcançados foram bastante expressivos, destacando-se a identificação, a notificação e o encaminhamento dos abusos observados pela equipe do projeto a partir de sinais e sintomas apresentados pelas crianças.

As notificações eram, em grande parte, relacionadas à negligência dos pais no cuidado das crianças, sendo observada a presença de pré-escolares com higiene geral deficiente, roupas sujas e piolhos. Em menor proporção, foi possível observar crianças com dificuldade de relacionamento. Foi verificado, ainda, por meio do relato de funcionários das escolas, que grande parte dos responsáveis pelas crianças participava pouco do desenvolvimento escolar de seus filhos, uma vez que estavam inseridos em um contexto social conturbado, envolvendo drogas, roubos e violência. Desta forma, é possível sugerir que a precariedade das condições de vida destes indivíduos está intimamente ligada com as causas da violência, bem como relacionada à ineficácia do Estado na gestão de recursos e provimento de condições mínimas de vida à população.

Após a identificação dos abusos, esses casos eram informados à direção da escola, que acionava o Conselho Tutelar. O acolhimento à vítima sempre foi realizado juntamente com a equipe pedagógica, trazendo melhorias na qualidade de vida do pré-escolar, como melhor desempenho educacional e convívio social.

As capacitações à equipe pedagógica das escolas e aos pais/responsáveis pelas crianças foram frequentes. Palestras e rodas de discussão foram realizadas rotineiramente, levando a eles conhecimento sobre as formas de violência e os sinais/sintomas que devem ser observados, sensibilizando assim todos estes atores sociais quanto às consequências dos abusos para o desenvolvimento infantil.

O projeto alcançou ainda bons resultados com os alunos de graduação, pós-graduação e técnicos, despertando-os para a obtenção de um olhar integralizado para o contexto de saúde geral da criança e preparando-

os para o mercado de trabalho. Esse estímulo foi conseguido por meio de palestras, reuniões, oficinas e atividades em campo realizadas semanalmente e coordenadas pelos docentes responsáveis, permitindo rápido diagnóstico dos abusos e melhor condução dos casos de violência. Foram desenvolvidos também trabalhos científicos derivados da extensão, estimulando a equipe para a pesquisa.

Além disso, o projeto conseguiu estreitar a relação entre a Universidade e a comunidade. Aquela cumpre importante papel junto à comunidade, que, por sua vez, contribui para referenciar os saberes e as práticas do fazer acadêmico, posto trazer a comunidade os reais anseios daquela região, facilitando a definição dos objetivos do projeto e permitindo atuação mais direta na problemática daquelas pessoas.

DISCUSSÃO

A violência angustia a humanidade sob inúmeras perspectivas e cenários distintos, desafiando autoridades e comunidade científica (MASCARENHAS et al., 2010). Atualmente, avalia-se que mais de um milhão de pessoas são vítimas fatais de violência por ano, sem eximir a quantidade de vítimas não fatais que sofreram algum tipo de abuso (OLIVEIRA et al., 2014). As agressões acometem os mais variados grupos, todavia causam danos expressivos em crianças, que fazem parte dos grupos sociais vulneráveis (SILVA et al., 2013).

O projeto “Identificação de violência contra crianças nas escolas municipais de ensino básico de Araçatuba-SP” escolheu como público alvo as crianças por elas fazerem parte de um grupo mais propenso à agressão e estarem em um período da vida que tem grande importância, a infância. O aprendizado nessa fase é muito dinâmico e esses pré-escolares precisam de qualidade de vida e bem-estar dentro de suas casas para conseguirem aproveitar o melhor que esse período tem a oferecer. O maltrato infantil é um problema grave que permeia não apenas a esfera social e jurídica, mas também o setor público de saúde (BRITO et al., 2005).

Dentre os tipos de violência, a intrafamiliar é uma das mais descritas no meio científico, definida por qualquer tipo de negligência que possa trazer prejuízos à qualidade de vida, desenvolvimento humano,

integridade física, liberdade e bem-estar psicológico (OLIVEIRA et al., 2008). A negligência dos pais no cuidado das crianças foi o tipo de abuso mais comumente identificado ao longo destes oito anos de projeto. As crianças vítimas de maus-tratos, em sua maioria, apresentavam-se utilizando roupas sujas ou piolhos, o que caracteriza uma higiene geral muito deficiente. Em menor proporção, foram constatados pré-escolares com dificuldade de relacionamento. Destaca-se ainda, que estes indivíduos, pais e pré-escolares, geralmente, estão inseridos em contextos sociais conturbados, em que a escassez de condições mínimas de vida digna acaba por si só causando violência. Esta análise não diminui a magnitude dos abusos cometidos pelos pais, mas inclui também como perpetrador o Estado, que negligencia a gestão de recursos financeiros e não provê vida digna a maior parte da população.

Dentro deste contexto, tem-se a importância da notificação compulsória, evitando, assim, a subnotificação e as consequências perigosas dessa atitude omissa. É sabido que todos os profissionais que lidam diretamente com um indivíduo vítima de violência têm a obrigação de identificar e atuar no encaminhamento dos casos suspeitos de violência (MALTA et al., 2015). É importante ressaltar que os profissionais da educação, bem como os da saúde, na grande parte das vezes, não são capazes de diagnosticar os casos de violência encontrados no dia a dia de trabalho, o que evidencia a significância do projeto. Acredita-se que isso se deva a uma formação acadêmica ainda com resquícios da prioridade tecnicista, além de falta de fundamentação teórica e prática no currículo dos cursos de graduação da área da educação e saúde.

Em virtude de estarem em contato com um número grande de crianças e convivem com as mesmas diariamente, os educadores ocupam uma posição favorável para identificação de qualquer tipo de abuso (FENG et al., 2010). Devido a esta situação, de acordo com Goldman e Grimbeek (2011), os profissionais da educação são tidos como atores fundamentais na sistemática da proteção infantil em vários países. Destaca-se, assim, o importante papel das redes de proteção à criança e ao adolescente, que traz para a prática a articulação efetiva entre entidades, instituições, comunidades e recursos, a fim de alcançar a proteção integral dos indivíduos pertencentes a grupos de risco (REDE MARISTA DE SOLIDARIEDADE, 2014). As redes possibilitam

tanto a sensibilização de profissionais para a relevância da notificação, perfazendo a capacitação de equipes, como o desenvolvimento de projetos para o acolhimento das vítimas e combate a reincidência de abusos (SILVA, 2010).

Todavia, as notificações que advém do setor educacional são pouco representativas. Webster et al. (2005) constataram, nos Estados Unidos, que um terço dos educadores não notificam casos suspeitos. O panorama é bem parecido no Brasil. Existem muitos casos suspeitos, mas os educadores não notificam a maior parte deles (FALEIROS; MATIAS; BAZON, 2009). Em contraponto, o presente projeto de extensão proporciona a toda à equipe pedagógica da escola palestras e rodas de discussão a fim de que todos consigam se sensibilizar com o tema violência infantil.

O conteúdo primordialmente abordado pelas palestras diz respeito à fundamentação teórica sobre as agressões na infância, bem como os sinais e os sintomas da violência que devem ser observados em uma criança. Desta forma, os educadores recebem conhecimento para desenvolver um olhar mais crítico em relação ao pré-escolar, o que os deixa confiantes e habilitados para identificar violências e fortalecer os laços afetivos desta relação.

Destaca-se, ainda, o importante papel dos profissionais da saúde no ato de notificar. No Brasil, esses atores sociais têm dificuldades em assumir essa conduta como padrão para os casos suspeitos. Esses impedimentos podem estar associados às incertezas que permeiam a identificação da violência nos serviços de saúde e pela falta da abordagem da violência em saúde nos currículos de graduação (PEDROSA; SPINK, 2011). Todavia, o projeto de extensão proporciona aos alunos de graduação e pós-graduação a oportunidade de uma formação acadêmica generalista, que prioriza o contexto da saúde em sua totalidade. Palestras e oficinas são ministradas pela equipe de docentes a fim de trazer fundamentação teórica e atualização de conceitos. A prática em campo, por sua vez, possibilita a identificação de abusos e aproxima os alunos de graduação e pós-graduação de uma realidade diferente do meio acadêmico, bem como auxilia na formação de um futuro profissional mais humanizado e dono de um olhar generalista.

Desta forma, é extremamente importante compreender que a violência contra a criança e o adolescente pode se manifestar de várias formas,

em contexto social e econômico distintos, exigindo atenção de todos os atores sociais envolvidos no cotidiano deles. É apenas a partir desse entendimento que as estratégias de promoção e prevenção à saúde devem ser aplicadas (MASCARENHAS et al., 2010). O projeto busca atingir de forma direta os problemas vivenciados pela população. Isto é possível porque a universidade se aproxima da comunidade ao longo das visitas semanais. Logo, os reais anseios da população estão lado a lado com os objetivos do projeto, facilitando o alcance da solução dos problemas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto “Identificação de violência contra crianças nas escolas municipais de ensino básico de Araçatuba-SP” consegue detectar, intervir e conduzir os casos de violência infantil, auxiliando diretamente na transformação da qualidade de vida de crianças vítimas de violência. Conscientiza todos os atores sociais envolvidos no projeto da importância desse problema de saúde pública e das suas consequências graves na formação da personalidade da criança. Consegue, ainda, formar futuros cirurgiões-dentistas com um olhar mais holístico para o conceito total de saúde, preparando-os melhor para o mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, U. N. A. **Infância e violência doméstica**: módulo 2. São Paulo: Laboratório de Estudo da Criança, 2002.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 20 maio 2016.

_____. Ministério da Saúde. **Linha de cuidado para a atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violência**: orientações para gestores e profissionais de saúde: versão preliminar. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. **Violência intrafamiliar**: orientações para a prática em serviço. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. **VIVA**: Vigilância de Violência e Acidentes 2006-2007. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

BRITO, A. M. M. et al. Violência doméstica contra crianças e adolescentes: estudo de um programa de intervenção. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 143-149, jan./mar. 2005.

CARLSON, M.; OSHRI, A.; KWON, J. Child maltreatment and risk behaviors: the roles of callous/unemotional traits and conscientiousness. **Child Abuse & Neglect**, Oxford, v. 50, p. 234-243, dez. 2015. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2015.07.003>

CENTRO E COMBATE À VIOLÊNCIA INFANTIL. **Dados científicos**: violência física: estatísticas: dados estatísticos, principais características, perfil da vítima, perfil do agressor, etc. Disponível em: <<http://www.cecovi.org.br>>. Acesso em: 22 set. 2009.

DAHLBERG, L. L.; KRUG, E. G. Violência: um problema global de saúde pública. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 1163-1178, abr./jun. 2006.

DOSSI, A. P. et al. Perfil epidemiológico da violência física intrafamiliar: agressões denunciadas em um município do estado de São Paulo, Brasil, entre 2001 e 2005. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 8, p. 1939-1952, ago. 2008.

FALEIROS, J. M.; MATIAS, A. S. A.; BAZON, M. R. Violência contra crianças na cidade de Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil: a prevalência dos maus-tratos calculada com base em informações do setor educacional. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 337-348, fev. 2009.

FENG, J. Y. et al. Multidisciplinary collaboration reporting child abuse: a grounded theory study. **International Journal of Nursing Studies**, Oxford, v. 47, n. 12, p. 1483-1490, dez. 2010. <https://doi.org/10.1016/j.ijnurstu.2010.09.003>

org/10.1016/j.ijnurstu.2010.05.007

FERRIANI, M. G. C.; BERTOLUCCI, A. P.; SILVA, M. A. I. Assistência em saúde às crianças e adolescentes abrigados em Ribeirão Preto, SP. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 61, n. 3, p. 342-348, maio/jun. 2008. <https://doi.org/10.1590/S0034-71672008000300011>

GABEL, M. (Org.) **Crianças vítimas de abuso sexual**. São Paulo: Summus, 1997. 252 p.

GARBIN, C. A. S. et al. Formação e atitude dos professores de educação infantil sobre violência familiar contra criança. **Educar em Revista**, Curitiba, n. esp. 2, p. 207-216, 2010.

GOLDMAN, J. D. G.; GRIMBEEK, P. Sources of knowledge of departmental policy on child sexual abuse and mandatory reporting identified by primary school student-teachers. **Educational Review**, Edinburg, v. 63, n. 1, p. 1-18, 2011. <https://doi.org/10.1080/00131911003717220>

GONCALVES, H. S.; FERREIRA, A. L. A notificação da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes por profissionais de saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 315-319, jan./fev. 2002.

HUTZ, C. (Org.) **Situações de risco e vulnerabilidade na infância e na adolescência: aspectos teóricos e estratégias de intervenção**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

KYEGOMBE, N. et al. What is the potential for interventions designed to prevent violence against women to reduce children's exposure to violence? Findings from the SASA! study, Kampala, Uganda. **Child Abuse & Neglect**, Oxford, v. 50, p. 128-140, dez. 2015. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2015.10.003>

MALTA, D. C. et al. Atendimentos por acidentes e violências na infância em serviços de emergências públicas. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 5, p. 1095-1105, maio 2015.

MARTINS, C. B. G.; ANDRADE, S. M. Epidemiologia dos acidentes e violências entre menores de 15 anos em município da região sul do Brasil. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**,

Ribeirão Preto, v. 13, n. 4, p. 530-537, jul./ago. 2005.

MASCARENHAS, M. D. M. et al. Violência contra a criança: revelando o perfil dos atendimentos em serviços de emergência, Brasil, 2006 e 2007. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 347-357, fev. 2010.

MINAYO, M. C. S. Conceitos, teorias e tipologias de violência: a violência faz mal à saúde. In: NJAINE, K.; ASSIS, S. G.; CONSTANTINO, P. **Impactos da violência na saúde**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2009. p. 21-42.

OLIVEIRA, B. R. G. et al. A violência intrafamiliar contra a criança e o adolescente: o que nos mostra a literatura nacional. **Revista Mineira de Enfermagem**, Belo Horizonte, v. 12, n. 4, p. 547-556, jan./mar. 2008.

OLIVEIRA, J. R. et al. Violência sexual e coocorrências em crianças e adolescentes: estudo das incidências ao longo de uma década. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 759-771, mar. 2014.

PAIXAO, A. C. W.; DESLANDES, S. F. Análise das políticas públicas de enfrentamento da violência sexual infantojuvenil. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 114-126, jan./mar. 2010. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902010000100009>

PEDROSA, C. M.; SPINK, M. J. P. A violência contra mulher no cotidiano dos serviços de saúde: desafios para a formação médica. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 124-135, jan./mar. 2011. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902011000100015>

REDE MARISTA DE SOLIDARIEDADE. **Tecendo redes: fortalecimento das redes de proteção à infância e à adolescência no Paraná**. Curitiba: Champagnat, 2014.

RUMBLE L. et al. Childhood sexual violence in Zimbabwe: evidence for the epidemic against girls. **Child Abuse & Neglect**, Oxford, v. 46, p. 60-66, ago. 2015.

SILVA, C. M. O estatuto da criança e do adolescente e a rede de proteção dos direitos da criança e do adolescente: reflexões sobre os seus eixos norteadores. **Perspectivas em Políticas Públicas**, Belo Horizonte, v. 3, n. 6, p. 141-157, jul./dez. 2010.

SILVA, L. M. P. et al. A escuta de crianças e adolescentes nos processos de crimes sexuais. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 8, p. 2285-2294, ago. 2013.

VAGOSTELLO, L. **Levantamento de fontes de denúncias na vara de infância e juventude do Foro Regional de Itaquera**. São Paulo: mimeo, 2001.

VELOSO, M. M. X. et al. Notificação da violência como estratégia de vigilância em saúde: perfil de uma metrópole do Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.18, n.5, p.1263-1272, maio 2013.

WEBSTER, S. W. et al. Overreporting and underreporting of child abuse: teachers' use of professional discretion. **Child Abuse & Neglect**, Oxford, v. 29, n. 11, p. 1281-1296, nov. 2005. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2004.02.007>

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **World report on violence and health**. Geneva: WHO, 2002.

_____. **World report on child injury prevention**. Geneva: WHO, 2008.

Submetido em 1º de agosto de 2016.

Aprovado em 5 de outubro de 2016.